

---

# EDUCAÇÃO PERMANENTE: UM NOVO OLHAR SOBRE A APRENDIZAGEM NO TRABALHO

Tânia Celeste \*

Educar permanentemente é uma diretriz qualificadora da gestão de equipes e de serviços, em qualquer espaço onde o trabalho em saúde se realize. A consciência da importância dessa ação orientou planos e programas nos sistemas de saúde das Américas e do Brasil, tomando como referência o formato da educação continuada dos profissionais, e foi incorporada ao discurso de técnicos, dirigentes e docentes dedicados ao tema da educação de profissionais da saúde.

Em recente publicação do Ministério da Saúde em articulação com o IMIP – Instituto Materno Infantil de Pernambuco – sobre “A educação profissional em saúde e a realidade social”, é notória a importância conferida a essa temática por um conjunto de autores que refletem sobre a formação do médico no século XXI, dando contorno a um debate que consideramos importante resgatar.

Destacando a incorporação da atenção básica como eixo de reorganização do sistema de saúde, Arruda refere-se ao pensamento de Piancastelli sobre o “novo perfil de profissional de saúde, que requer novos processos de formação e **educação permanente**, ressaltando a estratégia de saúde da família” como pertinente para a transformação do ensino e das práticas dos futuros profissionais (Arruda, 2001:20). Cordeiro acentua que “a preparação técnico-científica dos médicos deverá incorporar os conceitos e instrumentos para participar desses avanços e desenvolver a capacidade de utilização eficaz e ética das novas tecnologias”, destacando que esse profissional deverá ser capaz de exercer a **educação permanente**, tanto na formação do aluno como na prática profissional, mantendo-se atualizado sobre as fontes de acesso à informação e com capacidade crítica para selecionar dados e evidências relevantes para a prática profissional” (Cordeiro, 2001:111).

Convidando à realização de um verdadeiro “chamamento ao setor”, Piancastelli levanta a “necessidade de efetuar o deslocamento da formação e **educação permanente** como processos individualizados, frutos de investimentos pessoais ou de escolas isoladas” (Piancastelli, 2001:179), o que nos reporta à necessidade de adotar mecanismos mais coletivos como base da organização articulada das práticas de serviço e de ensino na saúde.

Ferreira ressalta a importância da formação básica na atenção primária, reconhece que já ocorrem mudanças substanciais na direção do fortalecimento do trabalho coletivo e recomenda “a extensão do modelo pedagógico ao longo de toda a vida, caracterizando a **educação permanente** e permitindo concentrar a formação básica na atenção primária” (Ferreira, 2001:44).

Mas é no debate estabelecido por Pierantoni e Ribeiro que se expressam de forma mais clara, nessa coletânea, os limites dos projetos de educação continuada, adotando uma análise coerente com a abertura para projetos de **educação permanente**. Nessa perspectiva, as autoras analisam que “a educação continuada esteve sempre regida pelo princípio de que a atualização de conhecimentos é condição para transformação das práticas, modelo esse que se sustenta na mesma lógica que orienta a formação profissional” e ainda que “ao entender a prática da complexidade que o conforma, o reduz à dimensão técnica, e, mais ainda, dele exclui outras faces que lhe dão identidade social” (Pierantoni & Ribeiro, 2001:184 e 186). Sugerem ainda que “outras dimensões deste trabalho podem ser objeto mais efetivo de intervenção, e cabe aos profissionais identificá-las. Prepará-los para desenvolver práticas de **educação permanente**, identificando problemas do trabalho para assegurar o compromisso de qualidade do cuidado às pessoas, implica colocá-los diante desse quase desconhecido objeto de análise: o mundo do trabalho” (Pierantoni & Ribeiro, 2001:185).

O resgate desse debate permite considerar o caráter de atualidade que adquire a recente proposta apresentada pelo Ministério da Saúde e aprovada na Comissão Intergestora Tripartite, em que são estabelecidas as bases para a **adoção da educação permanente como modelo institucional-**

---

**z**ado de organização das atividades de ensino no e para o trabalho no setor saúde, com sua gestão realizada por meio de Pólos de Educação Permanente em Saúde, que atuarão como instâncias de articulação interinstitucional da Educação Permanente em Saúde e como “lócus para a identificação de necessidades e construção de estratégias e políticas no campo da formação e desenvolvimento – sempre na perspectiva da ampliação da qualidade da gestão, da qualidade e do aperfeiçoamento da atenção integral à saúde, do domínio popularizado do conceito ampliado de saúde e do fortalecimento do controle social nos sistemas” (Ministério da Saúde, 2003:9).

A educação permanente, na proposta aprovada, parte do pressuposto da aprendizagem significativa, referenciando-se no pensamento da prof<sup>a</sup> Maria Alice Roseke, que concebe educação permanente como a aprendizagem no trabalho, onde aprender e ensinar se incorporam ao cotidiano das organizações e ao trabalho.

A histórica vitalidade da rede nacional de formação em saúde – com as instituições de ensino superior, os Institutos de Pesquisa, as redes de Escolas Técnicas e Centros Formadores, as Escolas de Saúde Pública, Núcleos de Saúde Coletiva e os hospitais de ensino articulados aos movimentos ligados à gestão social das políticas públicas de saúde, os Conselhos de Saúde, os trabalhadores e estudantes e os gestores federais, estaduais e municipais – tem uma enorme missão na construção de espaços de compartilhamento de propostas concretas no interior dos Pólos.

A busca incessante da integralidade da atenção à saúde é um desafio que está posto, encontrando nessa proposta um caminho de maior integração entre as equipes de saúde, a compreensão da clínica ampliada, o conhecimento sobre a realidade, o trabalho em equipe multiprofissional e transdisciplinar, a ação intersetorial, o conhecimento e o trabalho com os perfis epidemiológicos, demográficos, econômicos, sociais e culturais da população de cada local e com os problemas regionais, estaduais e nacionais, como dengue, tuberculose, hanseníase e malária, dentre outros (Ministério da Saúde, 2003:11).

Nessa perspectiva, os Pólos de Educação Permanente deverão incorporar em sua prática de trabalho o que foi considerado pela proposta como “elementos essenciais para a superação dos limites da formação e das práticas tradicionais de saúde, como: acolhimento, vínculo entre usuários e equipes, responsabilização, desenvolvimento da autonomia dos usuários e resolutividade da atenção à saúde” (Ministério da Saúde, 2003).

Esse projeto rompe com a lógica programática das ações e das profissões, na gestão do cotidiano do trabalho, abrindo espaço para uma política que pode se constituir em recurso estruturante do fortalecimento do SUS, com aperfeiçoamento das práticas, em um trabalho articulado entre sistema de saúde e instituições formadoras.

Todas essas reflexões trazem para os educadores e gestores do setor, entre os quais me sinto incluída, um sentimento de desafio, muito positivo, quanto ao momento atual das políticas

de educação na saúde. O Brasil tem o privilégio de ter construído um Sistema Único de Saúde com ampla capacidade de articulação e entendimento. A XII Conferência Nacional de Saúde “Sergio Arouca”, que se realizará em dezembro, trará novos elementos de revitalização das propostas do SUS, apontando desafios que contarão com um rico contexto de construção dos Pólos de Educação Permanente como espaços de ação privilegiada para a incorporação de suas formulações.

Educar reformando e reformular educando já constitui uma prática e, neste momento, muitos grupos de trabalho existentes nos Sistemas de Saúde e de formação em saúde no Brasil têm a possibilidade de institucionalizar essa ação, valorizando a participação de gestores, profissionais e representantes da sociedade civil numa estratégia afirmativa de construção da qualidade, da integralidade e da inclusão como políticas e práticas expressas no cotidiano do SUS.

Rio de Janeiro, outubro de 2003

---

\* Doutora em Saúde Pública pela ENSP/Fiocruz; Vice-Presidente de Ensino e Recursos Humanos da Fiocruz

---

#### Referências bibliográficas

- Arruda, B.K.G. *Introdução*, p. 20, in: Arruda, B.K.G. (org.). *A educação profissional em saúde e a realidade social*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco (MIP), Ministério da Saúde; 2001. 318 p. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco - MIP).
- Cordeiro, H. *A escola médica e o novo modelo de cuidados de saúde do SUS: saúde da família*, p. 87, in: Arruda, B.K.G. (org.). *A educação profissional em saúde e a realidade social*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco (MIP), Ministério da Saúde; 2001. 318 p. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco - MIP).
- Ferreira, J.R. *O médico no século XXI*, p. 44, in: Arruda, B.K.G. (org.). *A educação profissional em saúde e a realidade social*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco (MIP), Ministério da Saúde; 2001. 318 p. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco - (MIP).
- Haddad Q.J.; Roschke, M.A; Davini, M.C. (editores). *Educación permanente de personal de salud*. Washington, D.C.: OPS, 1994. 247 p. (Serie desarrollo de recursos humanos en salud; 100).
- Ministério da Saúde, Secretaria de Educação e Trabalho, *Documento aprovado na Tripartite*, 2003, p. 9; p 11.
- Nunes, T.C.M. *Educação continuada: uma proposta para a área de epidemiologia no sistema único de saúde no Brasil*, p. 45, in: *Informe epidemiológico do SUS/Fundação Nacional de Saúde/Ministério da Saúde*, Ano 2, n. 2 (mar./abr. 1993). Brasília: FNS, CENEPI, 1993.
- Pierantoni, C. & Ribeiro, E.C.O. *A importância da educação permanente na formação do médico: o docente como inovador/mediador/indutor de condições de auto-aprendizagem*, p. 179, 185, in: Arruda, B.K.G. (org.). *A educação profissional em saúde e a realidade social*. Recife: Instituto Materno Infantil de Pernambuco (MIP), Ministério da Saúde; 2001. 318 p. (Série: Publicações Científicas do Instituto Materno Infantil de Pernambuco - MIP).
-